

DA VARIEDADE À NORMA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS LINGÜÍSTICOS VARIÁVEIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA LÍNGUA ESCRITA

Rafaela Veloso Machado* – PROLING/UFPB

RESUMO

O contexto de interação, inerentemente social, é categórico na forma como o falante vai desenvolver a sua língua. Contudo, mesmo (re)conhecendo as diversas formas de uso da língua, a escola vem desempenhando, ao longo do tempo, uma função que visa, sobretudo, homogeneizar a língua(gem). A escrita, neste sentido, acaba sendo concebida como uma modalidade que se sobrepõe à oralidade, o que contribui para que se cometam equívocos no processo de ensino da língua, especialmente no que diz respeito a sua forma padrão. Sabendo, portanto, que o papel que a escola desempenha nesse cenário é de extrema importância, pretende-se, neste texto, trazer algumas reflexões concernentes ao processo de ensino-aprendizagem da escrita, principalmente no que diz respeito ao tratamento da variação nesse contexto, visando contribuir para uma abordagem mais coerente do profissional que lida com a linguagem em sua diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: variação; oral; escrita; ensino

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A língua(gem) costuma ser considerada um fator diferenciador entre o homem e os demais animais. Mais que isso, a língua é uma parte representativa da cultura, de forma que esta pode ser espelhada naquela. Só o ser humano é capaz de transmitir experiências aos seus descendentes, através do seu aprendizado, resultante da acumulação cultural e histórica, adquirido ao longo do tempo.

A língua se constrói desde os primeiros meses de vida e o seu desenvolvimento se dá no fluxo das interações sociais, que envolvem sujeitos e finalidades, num determinado contexto.

“A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, a *organização da sociedade*” (MARCUSCHI, 2005, p. 35). Elas determinam-se e se constroem fundamentadas na relação que estabelecem entre si, no sentido de que do contato lingüístico caracteriza-se a estruturação de uma sociedade e esta se particulariza, entre outras coisas, pela sua língua.

* Mestre em Lingüística pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rafaela_ufpb@hotmail.com

Partindo dessa noção, admite-se que a heterogeneidade é parte constitutiva da língua. No entanto, essa variedade tem sido, muitas vezes, desconsiderada dos manuais didáticos, ou tratada de maneira equivocada pelos professores de língua portuguesa.

Entende-se, então, que o papel da escola é oportunizar o domínio do dialeto padrão e promover a conscientização dos alunos ante a sua língua, no sentido de que eles possam atuar de maneira eficiente e adequada nos diversos contextos que exijam a sua língua, nas suas múltiplas facetas.

O objetivo do trabalho é, portanto, trazer algumas reflexões concernentes ao ensino/aprendizagem da escrita, principalmente no que diz respeito ao tratamento da variação nesse contexto, ou seja, pretende-se, essencialmente, observar como a diversidade lingüística pode ser considerada nas atividades que envolvem a escrita, sobretudo nos casos em que o conhecimento das noções de variação pode ser benéfico ao ensino.

2 A ESCRITA: PRIMEIRAS PALAVRAS

Mesmo que haja consenso quanto à importância do ensino da escrita de uma língua, em uma dada sociedade letrada, e atualmente existam estudos que se debruçam sobre esse assunto, segundo Faria Filho (1998) a História do ensino da escrita não era considerada pelos estudiosos da educação brasileira até bem pouco tempo atrás.

O interesse pelos estudos de ensino/aprendizagem da leitura e da escrita seguiu um momento ‘sócio-político-cultural’ em que a alfabetização adquiriu um papel central na educação brasileira, fazendo com que as atenções se voltassem para as questões relativas a esse tema.

Voltando um pouco no tempo, mais especificamente nas décadas seguintes à Proclamação da República, Faria Filho (1998) traz relevantes exposições sobre o processo de ensino da escrita. Em 1906, em Minas Gerais, foi realizada uma reforma no ensino público primário que representou, dentre outras coisas, uma “ruptura com atraso e a desorganização da escola imperial” (p. 34) e, conseqüentemente, uma superação e modernização no ensino.

Um dado interessante, nesse contexto, diz respeito à identificação com a organização capitalista do trabalho, que penetrou no fazer pedagógico, refletindo o que a sociedade, na época, relacionaria à “modernidade” que se impunha, então, no mundo.

Duas atitudes essenciais refletiram esse momento: a criação dos *grupos escolares* e a adoção da *escrita vertical* como representativa dessa escola. Esses aspectos visavam promover a *homogeneização* da sociedade segundo os ideais capitalistas de trabalho, organização das tarefas, racionalização do ensino e participação na vida das pessoas. Os partidários da adoção da escrita vertical afirmavam que esta era uma escrita mais “rápida”, “econômica”, “fácil”. Eles queriam, além de uniformizá-la, adequar essa prática “aos padrões sociais e de comportamento típicos da emergente sociedade capitalista” (FARIA FILHO, 1998, p. 37).

(...) com toda a razão, nos últimos três séculos aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora. É a sua prática iniciática fundamental. Foi preciso sentir os efeitos inquietantes de um tão prodigioso avanço para que suspeitássemos ser a formação da criança moderna uma prática escriturística. (CERTEAU, 1994, p. 227)

Verifica-se, também, que aliada a essa necessidade de homogeneização da escola, segundo os padrões impostos pelo capitalismo, existiu uma supervalorização da modalidade escrita da língua em detrimento da oralidade.

Mais tarde, assistiu-se a outra “reforma” no ensino do Brasil. Se na década anterior o ensino era destinado às camadas mais privilegiadas da sociedade - as únicas que tinham acesso à educação - na década de 60, o país assistiu a um novo momento sócio-político na educação brasileira: a *democratização da escola*.

Neste momento a escola se deparou com outra realidade, pois a clientela com a qual a instituição deveria tratar não era, somente, os filhos das camadas mais elevadas da sociedade, mas (sobretudo nas escolas públicas) as camadas populares, que conquistaram o direito à educação e impuseram, de certa forma, uma nova postura por parte da escola, ao fazê-la se defrontar, no universo de sala de aula, com a presença de padrões culturais e variantes lingüísticas diferentes daqueles que ela estava habituada a conviver.

Os fatos históricos, portanto, determinaram a eleição de *uma* língua portuguesa que deveria ser ensinada nas escolas. Para os alunos das camadas privilegiadas não haveria nenhuma mudança, haja vista que eles já dominavam o dialeto a ser ensinado, entretanto, os filhos das camadas populares se viram obrigados a aprender uma língua que não era a sua, de seu ambiente, de sua realidade.

Observa-se, neste sentido, que a influência de um poder econômico e social interfere, de maneira significativa, na norma lingüística a ser implantada por uma determinada sociedade, uma vez que a eleição da língua “padrão” se dá por diversos critérios, raramente de ordem exclusivamente lingüística.

A sociedade, então, assistiu a adoção do dialeto das elites como a língua “padrão” a ser ensinada nas escolas, relegando ao simples lugar de “erro” os demais que não correspondessem a ela. Sabe-se, contudo, que a forma lingüística que foi alçada à categoria de norma culta não traz intrinsecamente um valor superior em relação às outras. Essa atitude revela, tão somente, um domínio sócio-econômico subjacente às determinações político-pedagógicas.

Ouro fator que se associa a essa questão da “língua culta” é a identificação com os padrões escritos da língua, ou seja, as manifestações literárias. Verifica-se que as regras “do bom falar e do bom escrever” são pautadas na literatura, sobretudo nos clássicos. A escrita adquiriu ao longo do tempo uma supervalorização, na qual as suas representações se beneficiaram de uma espécie de supremacia e poder.

O indivíduo que tem o domínio da norma padrão e, mais ainda, da sua modalidade escrita, adquire uma superioridade, um privilégio nas sociedades letradas. Segundo Certeau (1994, p. 230),

A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata. Ela funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção.

Mesmo que a escrita seja importante e tenha se tornado um bem quase indispensável nas sociedades em que penetrou, ela não é dotada de virtudes que lhe são inerentes. O código escrito imposto pela sociedade (que se revela, principalmente, nas normas ortográficas), é uma tentativa de se neutralizar as diferenças, e tem-se que ter mente que ele *não* é a língua, mas revela, acima de qualquer coisa, uma *convenção social*. Portanto, compreender esses critérios interfere de maneira significativa na postura do professor de português com relação a sua língua e ao ensino, conscientizando-o quanto às diferenças e permitindo modos de atuação mais coerentes dele e dos sujeitos como um todo.

3 DA VARIEDADE À NORMA

É possível definir o homem como um ser de *fala*, uma vez que todas as sociedades possuem uma tradição oral, ao passo que a tradição *escrita* não está presente em muitas delas.

Isso, porém, não significa que uma seja superior à outra. O que se pode dizer é que existe uma espécie de “primazia cronológica” da oralidade em relação à escrita.

A escrita, entretanto, adquiriu ao longo do tempo, e da história das sociedades letradas, um privilégio em detrimento do oral. Mesmo que tenha sido criada pelo homem tardiamente em relação à fala, ela se insere, hoje, em quase todas as práticas sociais das sociedades que a aderiram.

Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela *se tornou* um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral (MARCUSCHI, 2005, p.16-17).

Dessa forma, a sua prática e avaliação social alcançaram um *status* de superioridade, passando a simbolizar educação, instrução e desenvolvimento. Possivelmente isso se justifica pelo processo de aquisição dessas duas modalidades da língua. Enquanto a fala é adquirida em contextos informais de interação, que envolvem atividades simbólicas específicas e relações sociais e dialógicas entre sujeitos, a aprendizagem da escrita se dá em contextos formais de uso da língua, onde existe um caráter mais prestigioso, por se tratar de atividades que envolvem ensino.

Vale salientar, contudo, que mesmo que o sujeito ainda não esteja inserido em atividades que envolvam o ensino da escrita, o seu contato com ela já se faz presente, haja vista a inclusão do indivíduo em uma sociedade de costumes e manifestações demasiadamente “escriturísticas”.

Assim, considerando que as situações de interação social são determinantes para a aquisição da língua falada, nada mais plausível supor que o sujeito vai adquirir o tipo de variante lingüística correspondente aos dados lingüísticos ao qual está sendo exposto. A comunicação se dá em situações concretas de uso da língua e a linguagem, neste sentido, é um ato social, que envolve intenções, influências, trocas de experiências. O contexto em que o falante está inserido é decisivo na sua maneira de falar.

Portanto, reconhecendo que o meio social é diversificado e heterogêneo e este é determinante na configuração da fala humana, torna-se imperativo considerar que a língua também é inerentemente variada, como defende a Sociolingüística.

A Sociolingüística entende que língua é um sistema essencialmente variável, e adota como objeto de estudo, justamente, a variação, entendendo-a como um princípio comum e

universal, passível de ser sistematizada. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são determinadas por fatores de ordem lingüística e social e para a sistematização dessa variação faz-se necessário estabelecer a relação entre esses fatores.

Nesse contexto, não existem formas lingüísticas ‘certas’ ou ‘erradas’, no entanto, devido a um padrão estabelecido para a língua, é comum que se atribuam valores positivos e/ou negativos a essas formas, uma atitude que influi diretamente nos processos de aquisição da língua falada e escrita, sobretudo nas ocasiões em que envolvem situações de ensino-aprendizagem.

As crianças quando chegam à escola, já trazem consigo o seu dialeto; aquele que é funcionalmente válido e aceito na comunidade da qual ele faz parte. Contudo, quando os alunos iniciam o processo de escolarização, eles vão, em sua maioria, ser postos ao encontro de uma outra variedade da língua: a variedade padrão. Se essa questão não for tratada de maneira consciente pelos professores que atuam no ensino de língua materna, pode gerar atitudes preconceituosas e excludentes no processo educativo.

Inicialmente, o ensino da escrita se dá a partir da apropriação da escrita alfabética e posteriormente da assimilação da norma ortográfica. Esse ensino tradicional é, freqüentemente, concebido como o ensino de regras ditadas pela gramática normativa. Isso gera uma situação conflitante e difícil, pois muitas das regras ensinadas são fenômenos abstratos que não representam o funcionamento real da língua.

Uma consideração importante refere-se ao fato de que muitos fenômenos lingüísticos considerados ‘errados’ pela gramática normativa representam, tão somente, o dialeto do aluno, ou seja, a sua forma de falar, muitas vezes, influencia a sua maneira de escrever.

Na língua escrita, quase todos os processos fonológicos variáveis vão aparecer refletidos, mas não simultaneamente em todo o vocabulário possivelmente afetado. Fatores de ordem social influenciam também na quantidade de tais registros, especialmente os referentes ao perfil sociolingüístico do falante aprendiz de escrita. (MOLLICA, 2003, p. 23)

As crianças, em processo de alfabetização, ainda não são capazes de entender a língua escrita como um sistema arbitrário de signos, diferenciando-a da língua falada, diversificada e variável. Por isso, (re)conhecer a realidade concreta da língua, através dos estudos sociolingüísticos, dá condições de compreender o comportamento lingüístico dos alunos e, acima de tudo, lidar com eles.

A isso subjaz uma postura político-pedagógica, pois o papel da escola é promover a educação dos alunos, sobretudo quando se trata do ensino de língua portuguesa, o principal objetivo é fazê-los atuar consciente e eficientemente com a sua língua. Se um dos fatores para

se romper com as desigualdades e ter acesso ao poder é o domínio da língua culta, a escola tem um compromisso primordial em promovê-lo.

Deseja-se que os alunos tenham um desempenho exemplar em sala de aula e a forma de avaliação, quando se trata de língua portuguesa, é, quase sempre, a verificação das regras ortográficas. As pessoas idealizam um ensino inovador, mas continuam a perpetuar velhas maneiras de trabalhar, ou ao contrário, acham que estão valorizando o aluno permitindo que ele se expresse a seu gosto, mas estão negligenciando a oportunidade de ele ter acesso aos padrões lingüísticos exigidos pela sociedade.

O ensino da língua padrão é necessário, e uma das formas pela qual essa língua se manifesta é na escrita ortograficamente correta. A ortografia é uma convenção social cuja finalidade é ajudar na comunicação escrita, pois, como já foi dito anteriormente, a fala é diversificada, variável de uma comunidade à outra, de um grupo social para outro, dessa forma, foi preciso estabelecer uma forma comum de escrever que pudesse para se neutralizar ou anular a variação lingüística que permeia a língua.

O trabalho com a língua exige uma reflexão em torno da realidade e um intercâmbio de todas as modalidades. Fala e escrita encerram uma relação indiscutível, assim como língua e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Essas noções, aliadas a uma preparação e um compromisso por parte dos docentes, podem facilitar a aprendizagem dos alunos.

A variação lingüística precisa ser reconhecida como um auxílio ao ensino, pois é inegável o quanto as diferenças lingüísticas são determinantes no comportamento do sujeito em relação à sua língua.

Admitir a variação é uma forma coerente de se lidar com a língua, pois permite o encontro com a sua dimensão concreta, além de contribuir com uma postura de conscientização que elimina as formas de exclusão geradas pelas habituais atividades de ensino e aprendizagem de língua materna, que condenam qualquer expressão que não seja condizente com o padrão estabelecido.

4 AINDA ALGUMAS REFLEXÕES

Os estudos da Sociolingüística, ou estudos variacionistas, têm dado uma grande contribuição para a compreensão da Língua Portuguesa no Brasil. Através do trabalho com

dados concretos de fala e da análise fundamentada na relação entre fatores estruturais e sociais, pode-se abranger a realidade lingüística de uma determinada sociedade, área ou grupo. Mais que isso, esses estudos podem auxiliar na compreensão de diversos processos de escrita que são influenciados pela variação em nível de fala.

Aceitar a variação é eliminar o preconceito, diminuir as formas de exclusão e colaborar para uma postura de valorização do indivíduo. Renegar as atitudes conservadoras do ensino de língua materna, que desconsideram a variação inerente à língua, é uma forma de contribuir para a inclusão social através da facilitação à compreensão lingüística

Enfim, compreende-se que a escrita é um processo contínuo e complexo. Uma ação em que se imprimem questões como identidade, crenças, opiniões, origem, exigências do contexto, etc. É um caminho longo, de construção e aprendizado incessante.

VARIETY TO NORM: SOME REFLECTIONS ON LANGUAGE PROCESSES AND THEIR IMPLICATIONS IN MAIN WRITTEN LANGUAGE

ABSTRACT: The interaction context, inherently social, is categorical in the way the speaker will develop his language. However, even (re) learning the various forms of language use, the school has been playing, over time, a function that aims primarily to standardize the language. The writing, in this sense, is then conceived as a modality which overlaps the orality, what contributes to the committing of mistakes in the process of language teaching, especially with regard to its standard form. Knowing therefore that the role that school plays in this scenario is extremely important, we intend, in this paper, to bring some reflections concerning the teaching/learning process of writing, especially with regard to treatment of variation in this context, aiming at contributing to a more coherent approach of the professional that deals with language in its diversity.

KEYWORDS: variation; oral, writing, teaching

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. (1994). **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes. p. 221-246.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. (1998). Ensino da escrita e escolarização dos corpos. In: _____. **Modos de ler/formas de escrever:** estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. p. 29-46.

HORA, Dermeval da; MACHADO, Rafaela Veloso. (2006). Encontros e desencontros entre a fala e a escrita no Ensino Fundamental I: Experiência com uma variante fonológica. In:

HORA, D.; M. E. A CHRISTIANO; C. ROSA. **Linguística e práticas pedagógicas**. Santa Maria: Pallotti. p. 55- 69.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. (2005). **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 6.ed. São Paulo: Cortez,. p. 15-43.

MOLLICA, Maria Cecilia. (2003). **Da linguagem coloquial à escrita padrão**. Rio de Janeiro: 7Letras.

MORAIS, Artur Gomes de. (2003). **Ortografia**: ensinar e aprender. 4. ed. São Paulo: Ática. p. 9-76.

SOARES, Magda. Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua portuguesa: História, perspectivas, ensino**. São Paulo: EDUC, 1998.